

## PRODUÇÃO DE SUJEITOS, APASSIVIZAÇÃO DE CAMPOS COLETIVOS E CONSTITUIÇÃO DE HORIZONTES EMANCIPATÓRIOS<sup>1</sup>

Maria Lídia Souza da Silveira\*

Se corre el peligro de que los árboles impidan ver el bosque, perseguido la quimera de realizar el socialismo com la ayuda de las armas melladas que nos legada el capitalismo (la mercancía como célula econômica, la rentabilidad, el interés material individual como palanca, etc.), se puede llegar a un callejón sin salida. Entretanto, la base económica adaptada ha hecho su trabajo de zapa sobre el desarrollo de la consciencia. Para construir el comunismo, simultaneamente com la base material, hay que hacer el hombre nuevo (Ernesto Che Guevara).

Uma indagação inicial se impõe. Tem sentido ainda se refletir sobre o homem novo, formas distintas de subjetividade, novo projeto societário, fundados numa real emancipação dos sujeitos humanos, quando a sociabilidade reinante afirma a indispensabilidade do conformismo, as vantagens da indiferença perante as perdas e dores humanas, a diluição das diferenciações de classe e, portanto, da consequente superação do sentido de um outro ordenamento social?

No intuito de iniciar uma reflexão em torno destas questões, entendo que um primeiro cenário precisa ser explicitado. Trata-se de considerar, na concretude da formação social brasileira, o que tem sido evidenciado nas últimas décadas: uma intensa crise econômica - corolário natural no âmbito dos processos de acumulação predatória presentes na atualidade do movimento do capital -, concomitante à permanência de processos refinados de dominação e uma profunda crise de fragmentação social.

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado na Revista Presença Ética do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética do programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE. O tema central deste volume: Ética Política e Emancipação Humana. Ano II, nº2, novembro de 2002.

\* Doutora em Ciências Sociais e Professora Adjunta da ESS/UFRJ. Autora do livro: *De pobre a trabalhador: uma outra visibilidade do sujeito no Serviço Social*. Rio de Janeiro: O& R Editores, 2000. Contato: mlidias@globo.com

Este quadro vai implicar na cotidianidade da vida das classes trabalhadoras, em recessão, acesso restrito aos serviços de saúde, educação e assistência, desemprego, aumento dos que vivem abaixo da linha de pobreza, além do brutal crescimento da violência; no universo dos que trabalham vai se ampliando - e de certa forma sendo naturalizada - a desregulamentação do trabalho e a contínua perda de direitos, produto de lutas sociais travadas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da resistência e ofensividade destas classes, constata-se visível retração, o que significa dizer que componentes estratégicos, constituintes de um outro ordenamento social, tendem a se rarefazer.

Nessa direção é inegável a cada vez maior perda do sentido de compartilhamento, a ausência de gestos de solidariedade e de campos coletivos, com potencialidade de conformação de sentidos para os experimentos das diferenciadas expropriações continuamente vividas.

O que se está a verificar é a manutenção e o estreitamento por parte do Estado brasileiro, da relação de associação e subordinação à ordem internacional, em nítido adensamento e conformação à lógica capitalista, cujo esteio essencial se mantém: o da acumulação privada. Concomitante a estes procedimentos, os setores dominantes elaboram uma barragem ideológica de tal monta, que mais que incidir na conformação do consenso, funciona, sobretudo, como elemento de brutal apassivização, ao por a circular na tessitura das relações sociais, para além de valores de competitividade, consumo, individualismo, indiferença, auto-culpabilização e conformismo, entre outros, a crença, internalizada, da inexistência de outras alternativas possíveis ao capitalismo.

Por outro lado não há como negar a evidência de uma ampla exclusão social, ocasionando a imensos contingentes populacionais, extrema miséria com padrões ínfimos de existência material, lhes reservando a quase que impossibilidade de desenvolvimento de suas habilidades, inteligência, sensibilidade, enfim, de sua humanidade.

A dominação político-econômica em andamento se reveste de domínio racial, cultural, sexual, entre outros, operando num infinito universo ideológico, no interior do qual é essencial forjar uma rede sutil e competente que incorpore a todos, na qualidade de iguais, direcionada a legitimar as formas de dominação em curso.

Nesse contexto de movimentação do capital, para além de suas determinações na ordem da materialidade, precisa ser perscrutada a sua capacidade de potencializar um singular ideário, deslocando contradições, estruturando valores, demarcando territórios de pensamento, interiorizando culpas, ampliando a sua racionalidade já em curso; movimento esse simultaneamente tensionado, ainda que de forma extremamente frágil, pela presença operativa do trabalho.

Ponto de partida real do processo de humanização do ser social, o trabalho na sua objetivação no interior da sociedade capitalista, precisa ser degradado e transmutado em mero meio de subsistência e fonte de acumulação. Assim, conforme assinala Ricardo Antunes (1995: 124),

[...] a força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à mera possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista.

Nesse percurso, a teoria do valor mercantil recupera esse conjunto de fazeres e significações das quais os sujeitos produtores - imersos em relações concretas de produção e circulação - encontram-se apartados. Uma das constatações feitas é a de que no processo de troca de mercadorias vai se verificar um duplo movimento de abstração; durante o ato da troca, a abstração do caráter mutável da mercadoria e a abstração do caráter concreto e particular da

mercadoria, reduzida que é à entidade abstrata, na medida em que seu "valor de uso" passa a ter o mesmo valor da outra mercadoria pela qual foi trocada.

Dessa forma, os sujeitos transacionam essas mercadorias "como se" estas estivessem autonomizadas nesta relação, o que não implica que na consciência dos sujeitos elas sejam efetivamente autônomas. Até porque é corrente no próprio senso comum, o fato de que as mercadorias não se reproduzam sem o trabalho.

O caráter abstrato presente no ato da troca, de forma alguma pode ser transferido mecanicamente à consciência de seus agentes. Esse desconhecimento que efetivamente faz com que os agentes envolvidos desconsiderem as distintas dimensões presentes em seu ato, o reduz, de uma certa forma, "num *encontro casual de indivíduos atomizados no mercado*" (Zizek, 1996: 309), a produzir, por assim dizer, uma dimensão social "recalcada" presente no seu ato, e que vai emergir, na qualidade de seu contrário, como razão que universaliza esses gestos. Assim, o paradoxo dessa relação entre a efetividade social da troca da mercadoria e a "consciência" dela, reside no fato de que o desconhecimento da realidade, em verdade é seu componente constitutivo. Em outras palavras, o fetiche é parte da própria mercadoria e não seu atributo.

Este fetichismo existente, precisa ser compreendido e denominado corretamente. Evocando ainda Marx, Zizek vai ressaltar que sob o capitalismo, as formas intersubjetivas de dominação e servidão se disfarçam "*sob a forma de relações sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho*" (*idem*: 310), deslocando dessa maneira, das relações entre os homens para a do fetichismo entre as coisas.

Portanto, com a sociedade burguesa, as relações que a conformam de servidão e dominação, ainda que existentes, são *recalcadas*. A aparência é a de que presentes nas relações sociais estão sujeitos livres. E o sintoma que vai emergir desse conjunto de relações existentes, subvertendo essa aparência

construída de liberdade e igualdade, consiste exatamente nas “relações sociais entre coisas”.

Tal desequilíbrio presente no ordenamento capitalista, ao invés de ser revelador da realização incompleta destes princípios e, portanto, o marco de uma insuficiência a ser aperfeiçoada com o tempo, vai de fato existir na qualidade de seu componente constitutivo.

Fundamental se faz situar nesse movimento do capital, certas medidas essenciais à manutenção de todas estas relações, voltadas mais diretamente para o mundo do trabalho, centradas na conformação de um novo padrão de acumulação, e que terá repercussões, seja na ordem da materialidade, da subjetividade dos sujeitos, ou ainda no processo de organização e luta dos trabalhadores.

Assim, o que vai prevalecer é a reversão de suas conquistas fruto de lutas sociais travadas, fazendo eclodir o desemprego, a desregulamentação e a terceirização do trabalho, a implementação de novas formas de gerenciamento e controle sobre a produção. O esforço capitalista voltado para a obtenção de maior lucratividade, vai implicar na assunção de novos padrões de concorrência assentados no avanço tecnológico e na premissa da "qualidade" e "produtividade", procedimentos voltados à menor utilização do trabalho vivo.

O que está em andamento nada mais é, portanto, que o próprio itinerário do capital na sua necessidade de gerar um novo padrão de acumulação. A acumulação flexível, segundo David Harvey (1994: 140), é marcada

[...] por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos

mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Ao se introduzir a "flexibilização" na organização do trabalho, busca-se criar a aparência de que não há mais divisão entre concepção e execução no processo produtivo, face à nova figura do trabalhador *polivalente*. Graças à polivalência - ao contrário da especialização típica do fordismo -, o trabalhador passa não só a operar várias máquinas, mas participa, igualmente, de grupos de trabalho, com capacidade de opinar sobre a produção dos processos e rotinas (Antunes, 1995).

Esta moderna gestão coletiva supõe competição de grupos entre si visando maior produtividade, a partir de metas previamente definidas pela empresa. O trabalhador não só se integra ao processo de trabalho, mas, principalmente, se sente responsável pelo alcance dos objetivos da empresa.

Do ponto de vista mais diretamente ligado aos trabalhadores, estas alterações no mundo do trabalho, e em especial, a flexibilização, veiculam num certo sentido a idéia de que as classes trabalhadoras estão mortas como força ativa da história. Tende a ser construído um apartamento da memória social de suas lutas e conquistas, da sua recente história coletiva.

James Petras realiza estudo inquietante, no qual analisa nesse processo em curso, a contínua transitoriedade da experiência do trabalho por parte dos trabalhadores. Ressalta as relações no seu interior constituídas, marcadas pelo sentido de provisoriedade, para o qual não vale a pena investir em profundidade, seja através de laços com os companheiros, patrões, ou ainda para as demais esferas de convivência. Assim, diz o autor (1999: 14), *"a transitoriedade se torna um estilo de vida, no qual não há comprometimentos profundos e onde existe pouca base para a solidariedade social. O resultado é o declínio dos sistemas de apoio social, a atomização e um crescente sentimento de vulnerabilidade individual"*.

Esta subordinação à lógica mercantil que vai sendo conformada, esta direção intelectual e moral constituída, embasada na economia, na política e num determinado campo cultural e ideológico, vai afetar as formas de sociabilidade existentes, produzindo marcas profundas nos sujeitos individuais e coletivos.

### **Esferas de produção de subjetividade e emancipação**

Penso ser da maior importância inscrever a reflexão em torno da educação e formação das classes subalternas, ao se considerar as possibilidades de emancipação humana.

Nessa perspectiva não se pode prescindir de uma referência, ainda que breve, às formas através das quais se conhece - compreendendo e interpretando - a realidade. Assim como desconsiderar a presença da educação na sua variedade de sentidos e componentes agregadores, estabilizadores e transgressores, ou ainda, potencializadores de práticas individuais e sociais.

A concepção de conhecimento adotada supõe a idéia basilar de Antonio Gramsci (1981) de que todos os homens são filósofos, e mesmos os mais simples, interpretam e elaboram a sua vida, tendo portanto para o presente algum princípio orientador de seu experimento cotidiano. Nesse processo, misturam de forma absolutamente desordenada, contraditória e acrítica, um conjunto variado de concepções de mundo.

Coexistem, portanto, nessas formas de conhecimento e reconhecimento de si mesmos e da vida, um caldo cultural conformado por determinantes de classe próprios, operando na qualidade de esteio para a organização das vidas dos sujeitos, a partir das transformações que vão se operando no campo da ciência, arte, filosofia, economia, política e nas relações em geral, alterando costumes e visões do mundo.

Nesse quadro, a apropriação destes elementos pelos indivíduos se coloca como contínua possibilidade, se refletindo não só na linguagem como igualmente na sua personalidade e subjetividade, enfim, no conjunto das relações sociais. Esta apropriação individual e coletiva segundo Emílio Gennari (1995: 05) "*é um dos fatores que a cada momento tende a consolidar, atualizar ou superar os limites dessa mesma ordem*".

A reflexão em torno da emancipação, na sua complexidade, não pode prescindir da consideração de conjunturas históricas no interior das quais o protagonismo humano vem sendo continuamente subsumido a uma "atualizada" lógica mercantil, acoplada à égide ao consumo e a uma dimensão de historicidade, cristalizada no plano da imediaticidade e de um tempo presente eternizado.

Trata-se, portanto, de pensar os processos subjetivos a partir dos registros de interioridade presentes em cada sujeito, tensionados e interpelados através das expressões concretas da sociabilidade hegemônica. Assim, a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se constituir a partir do intercruzamento destas dimensões, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade (Cassab, 2001).

Nesse sentido, um pressuposto que se impõe diz respeito à consideração de que a subjetividade é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural.

Marx vai organizar esta vinculação a partir da análise do homem inserido no processo produtivo, produzindo e produzindo-se: "*O trabalho não produz só mercadorias, produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral*" (Marx, 1983: 148).

Trata-se, portanto, de um processo que implica em sujeição real, desapropriação da própria condição de indivíduo perante um poder que, para além de tornar estranho o produto do trabalho, torna igualmente estranho o trabalho para o trabalhador, internalizando esta relação. Tal poder que se institui despoticamente se evidencia não só objetivamente, mas também no campo simbólico, ao processar o desenvolvimento da forma mercadoria em fetiche.

Leon Rozitchner (1989: 65) efetiva uma síntese desses registros ao ressaltar que *"a própria subjetividade vive também em um mundo de objetos cuja forma reproduz, de algum modo, a mesma estrutura do sujeito: a mercadoria também é um objeto cuja forma reproduz uma cisão fundamental em seu modo de aparecer: valor de uso, por um lado, valor de troca por outro"*.

Há, portanto, uma determinação geral a partir da qual tanto os sujeitos quanto os objetos são produzidos: a forma mercantil.

O desafio de desvendamento desta questão aponta para a aparente contradição que se estabelece entre as condições subjetivas do homem trabalhador e as condições objetivas, dele apartadas, que o enfrentam na qualidade de capital. Assim, na relação mercantil, em particular através de seu valor de troca, transmuda-se a natureza da própria relação criada: de relação entre pessoas em relação encoberta por coisas. Ou ainda, como enfatiza Lucien Sève (1974: 65) *"coisificação de pessoas e, ao mesmo tempo, personificação das coisas"*.

O acesso às formulações de Marx permite a percepção de como a individualização do homem e sua personalidade se constituem na concretude da vida social, no interior de um determinado processo histórico que interpela e marca o sujeito. A sua análise vai desvendando como um objeto exterior, a mercadoria, atua como um sujeito mistificador que, ao encobrir o lugar real do sujeito produtor, encobre em verdade o poder de sua atividade que permanece obliterada no próprio processo de sua objetivação.

Dessa forma expropria-se o trabalho coletivo – produto da força humana num movimento singular de cooperação -, secundariza-se a experiência do trabalhador, ao mesmo tempo em que é forjado um outro tipo de perda: desenvolve-se um certo campo subjetivo imaginário que, usurpado objetivamente no seu “fazer individual” e na “cooperação”, transfere ao capitalista o poder que lhe foi subtraído.

Marx vai revelando como através do processo de intercâmbio de mercadorias, vai sendo constituída uma relação que aparece entre objetos, sendo obliterado o pano de fundo da relação determinante – entre os próprios sujeitos. Esta aparente desvinculação, essa “ignorância” invisível socialmente, determinará produções subjetivas particulares nos homens que vivenciam este processo.

Este mecanismo é considerado por Rozitchner (1989) e pelos psicanalistas brasileiros Joel Birman (1994, 1999 e 2000) e Jurandir Freire Costa (1986), ao enfatizarem esta condição *trágica* do sujeito no mundo via formas de subjetivação hoje produzidas, calcadas num enorme mal-estar que pode ser compreendido em várias frentes. Seja pelo retraimento do Estado, em relação aos agenciamentos assumidos, que, como destaca Birman (2000), atuavam na produção de formas de subjetivação e de gestão de laços sociais, através de instituições que operavam, não só como centro de ordenação social, mas também de disciplinamento; seja pela fragilização dos partidos na qualidade de “universais relativos”, que funcionavam como campos ideológicos e de força no âmbito das diferenciações de classe e nos antagonismos sociais; seja nos sindicatos e movimentos sociais que vêm perdendo tanto em ofensividade, como na qualidade de campos coletivos que referenciem os setores subalternizados na sociedade. Há, portanto, não só uma fragmentação social imensa, mas esta é acompanhada de fragilização de valores substantivos e referenciais coletivos.

Estas ponderações auxiliam no reconhecimento de como a presença da globalização e do neoliberalismo conseguiram, através da recriação contínua de

formas de acumulação de capital, de um lado, desconectar ainda mais os caminhos da economia dos registros do social, e de outro, subsumir os componentes de nosso psiquismo e subjetivação à ordem mercantil.

Entre outras dimensões, esta condição revelaria um conjunto de impossibilidades com as quais os sujeitos estão se defrontando, em especial a de identificar e realizar ações fundamentais, portadoras potenciais de alternativas de alteração significativas do curso de suas vidas.

Superá-las implicaria em multiplicidade de acessos, tanto na ordem da materialidade – o que significa introduzir as questões relativas aos componentes sócio-político-históricos -, quanto no sentido de percebê-los vinculados às dimensões do corpo e do afeto.

Esse apartamento das dimensões da vida encontra em Eric Hobsbawn (1995a) mais um elemento explicativo. Segundo o autor, a perspectiva histórica que vem informando majoritariamente as identificações dos sujeitos na atualidade do capital, na qualidade de uma forma de vivência que marca este século XX, é a de um *presenteísmo constante*.

Seu significado é o de "*uma espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público*" (Hobsbawn, 1995a: 22) vivido numa determinada época. E do ponto de vista da cultura de um povo, esta intensificação significa a negação da memória e da história. Este "presenteísmo" nomeado pelo autor, ao recalcar o passado cristalizando a dimensão do tempo presente, no hoje, retira das possibilidades existentes no presente, os seus componentes transgressores, a sua dimensão de porvir.

Um elemento central na busca de sua compreensão se refere à contínua produção de desigualdades sociais no âmbito de nossa formação social, assentadas num ordenamento fundado no reinado mercantil. No seu interior, os códigos de convivência social permanecem enraizados na acumulação privada de

riquezas, em hierarquias sociais produzidas em contextos de antagonismos sociais, fundadas na exclusão da maioria dos indivíduos. Evidencia-se, igualmente, uma imensa apropriação ideológica das movimentações de resistência de segmentos que questionam a ordem – sendo transmudados estes gestos em banditismo. Todas estas situações e relações vão interferir decisivamente nos processos de constituição dos sujeitos.

Estes códigos, por sua vez, fazem circular valores, formas de relação, bem como a presença de certos modelos identificatórios. Nessa direção, Birman (1999) destaca nos processos de subjetivação em curso, as moldagens impregnadas pela cultura do narcisismo e pela sociedade do espetáculo, que vão enfatizar a exterioridade e o autocentramento.

Este referencial naturaliza a brutal desigualdade humana e, do ponto de vista da ordem vigente, contribui para o enrijecimento dos componentes de tensão presentes na sociedade, fortalecendo o congelamento da memória histórica e restando a dimensão de porvir.

Esta racionalidade que preside as relações sociais através da reificação do presente, não só reforça a perspectiva de manutenção do ordenamento capitalista, como investe na destruição de vínculos que possam vir a ocasionar a humanização dos sujeitos. Ao fazê-lo, busca um tipo de formatação das subjetividades numa perspectiva de imediatividade, na qual o efêmero e o fragmentário, a produção de curto prazo e a insensibilidade perante o outro são componentes fundantes.

Assim, o projeto societário hoje hegemônico - ainda que tenha como base essencial a acumulação privada - se reforça através de hierarquias, normas e legislações legitimadoras de uma igualdade anunciada, ainda que formal, para a qual se atribuem regulações e disciplinamentos democráticos que irão dar sustentabilidade legal à desigualdade instituída. E este projeto, o do capital, majoritariamente é aceito e, mais que isto, internalizado pelos sujeitos. Ao se

reproduzir, assegura também a permanência do modo de produção capitalista, da sociedade capitalista.

A concepção de subjetividade com a qual o marxismo vai romper, e que está presente no âmbito da hegemonia burguesa, é a que supõe o indivíduo na qualidade de ente abstrato e idealizado, por conseguinte, exterior às suas efetivas relações sociais. Marilena Chauí (1997: 20) ressalta o fato de que esta visão de subjetividade plasmada no interior do capitalismo, se sustenta menos nas relações intersubjetivas e mais numa subjetividade conformada pela *mass media* e pela publicidade, apresentando uma incapacidade de simbolização, de transcender ao dado, de relacionar-se com o possível e, sobretudo, com a marca de uma certa infantilidade que se expressa perante a promessa de satisfações imediatas. Banaliza-se a competição e a violência, sucumbindo-se, assim, "*à velocidade e fugacidade das imagens, sem passado e sem porvir*".

Antonio Gramsci (1982) auxilia na junção de outros componentes de análise, ao destacar que uma nova civilização só teria condições de se afirmar, através da presença na história das classes apartadas continuamente do poder político e do efetivo desenvolvimento de suas condições "intelectuais e morais", - as classes subalternas -, o que implicaria na possibilidade de constituição de uma outra forma de sociabilidade, com a marca da emancipação aludida por Marx.

Esta dimensão repõe com qualidade nova o lugar das classes trabalhadoras neste processo em termos de sua efetiva participação e, mais que isto, sinaliza para a importância do desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade, com capacidade de fecundar as possíveis ações políticas. Tal concepção histórico-crítica impõe em sua singularização a inclusão de um conjunto de componentes que possam favorecer a formação da personalidade dos trabalhadores. Esta vai supor, portanto, uma construção histórica dos processos subjetivos.

Esta relevância dos sujeitos históricos, explicitada por Gramsci, vai implicar na valoração da própria constituição desses sujeitos na qualidade de personalidade, vontade e processo organizativo, num movimento real de construção de um novo "bloco histórico".

Em verdade, Gramsci retoma o potencial educativo do próprio marxismo. Salientará, portanto, não a autonomia ou prevalência dos campos de objetividade/subjetividade, mas o seu mútuo engendramento.

Há uma aproximação conceitual a ser feita e que consiste em vislumbrar neste sujeito fragmentado, imerso em situações particulares, crenças, símbolos, vontades dispersas - características do senso comum -, a presença, ainda que *recalcada*, de outros componentes valorativos, práticas, percepções e intuições, situações vivenciadas que podem ser decifradas e compreendidos – tornadas bom senso, nos termos gramscianos. Há potencialidades que podem se espriar a partir de um outro OUTRO: um campo coletivo, referência distinta ao entorno dominante, com capacidade de possibilitar a criação de laços de solidariedade e de partilha, substituindo o conformismo e a indiferença das subjetividades abstratas, descontextualizadas e fundadas no prisma do autocentramento dos indivíduos; campo que pode “produzir”, também, uma subjetividade coletiva, contextual, a repor como dimensão possível da existência individual-social, a perspectiva de uma outra sociabilidade, na necessária afirmação da emancipação dos sujeitos humanos.

Pensando-se em termos de uma configuração destas situações sociais vivenciadas pelos sujeitos, Vera Telles (1993: 59) ressalta as significações que passam a ter nesse processo de subjetivação, as próprias lutas sociais travadas. Assim,

a importância das lutas sociais, enquanto abertura de espaços públicos nos quais as experiências diversas podem ser tematizadas, problematizadas e, por essa via, desprivatizadas enquanto

condição comum que interpela a sociedade na formulação e exigência de direitos. É nessa articulação entre o privado e o público que identidades são construídas e reconstruídas, definidas e redefinidas, criadas e recriadas, num espaço de conflito em que as práticas de resistência, abertas ou surdas e cotidianas nas suas vitórias e derrotas, sucessos e insucessos, para além de seu significado material em cada momento específico, redefinem e refundam tradições, reafirmam e reorientam práticas, elaboram e reelaboram valores e referências por onde homens e mulheres, em situações concretas de vida, percebem o seu lugar na sociedade e sobretudo percebem a eficácia de suas ações e de suas palavras na produção de fatos e acontecimentos que afetam ou podem afetar as circunstâncias de suas vidas.

Encontra-se, pois, na totalidade social, a presença não de um sujeito único, marcado por um processo de obliteração do real, produzido por formas ideológicas oriundas do capital, que o alienam e o impedem de desvelar a gênese da exploração. A absolutização desse sujeito alienado poderia sugerir que, na vida social, o capital na qualidade de efetiva chefia, unificaria e implementaria seu ideário de tal forma que forjaria *sempre* subjetividades subalternizadas ao seu ordenamento.

A radical contestação desse processo de naturalização da alienação, poderia também fazer supor, em contrapartida, a existência no interior da dinâmica social de um “não lugar” da alienação, um certo ponto protegido ou até mesmo não vulnerável às influências da ideologia dominante, o que sem dúvida é impossível..

Neste contexto vale registrar que ainda que a apreensão de si e do mundo se apresente aos sujeitos de forma fragmentada, confusa, fatalista, gestada a partir dos valores hegemônicos, isto não se constituirá empecilho à emergência de outros interesses individuais e coletivos, outros sentimentos, valores, interpretação

diversa da conjuntura ou ainda de outro projeto societário. No entanto, isso não ocorrerá espontaneamente nem automaticamente no interior das relações sociais. Supõe um investimento na criação de espaços coletivos, espaços formativos, instâncias organizativas com enraizamento social, campo através do qual possa ser exercitado o aprendizado de construção de referências identificatórias e de diferenciação de classe. A formulação de Antonio Gramsci (1981: 23-24) ajuda a melhor esclarecer este sentido:

Deve-se insistir sobre o fato, existe realmente uma forte atividade volitiva, uma intervenção direta sobre a "força das coisas", mas de uma maneira implícita, velada, que se envergonha de si mesma; portanto a consciência é contraditória, carece de unidade crítica, etc. Mas quando o "subalterno" se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanismo revela-se em certo ponto um perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo de ser social. Os limites e o domínio da "força das coisas" são restringidos. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista [...].

Estes elementos desagregados, incoerentes, não críticos e episódicos que vão compor a concepção de mundo do conjunto das classes subalternas, consistem no senso comum, ponto de partida e ao mesmo tempo, produto do devenir histórico. O movimento de fazer a crítica desta visão de mundo reside num dos elementos essenciais à conformação dessa subjetividade com a marca da maioria histórica. Acrescenta o autor (*idem*: 12):

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário.

Nesta mesma direção Emílio Gennari (1995: 06) ressalta os distintos impactos produzidos nos sujeitos, num amálgama de sentimentos não só diversificados, mas de natureza distinta. Assim:

[...] um movimento contraditório entre a coerção imposta pelas necessidades de sobrevivência, que gera no homem-massa sentimentos de impotência, medo, submissão ou até de dívida de gratidão, e a busca constante de espaços de liberdade nos quais seja possível reafirmar a subjetividade dos indivíduos negada pela ordem dominante.

Ressalte-se, portanto, que na dinâmica da vida social, as apreensões dos sujeitos podem ocorrer de forma diferenciada, ainda que tenham como ponto de partida a mesma realidade social, o que não significa afirmar nem que estão alienados dessa realidade, nem que estão cooptados pela racionalidade que a organiza de forma hegemônica. A presença destes distintos olhares - e lugares -, verdadeiros para cada sujeito, de *per si*, introduzem de forma contundente a temática da subjetividade e de sua importância efetiva, seja nos processos de conhecimento e reconhecimento individual, seja na gestação de campos coletivos, a agregar componentes culturais, simbólicos, de partilhamento com outros sujeitos os experimentos de solidariedade e conflitos, e a experimentação de ações coletivas.

Assim, retomar este debate de forma mais substantiva sugere a sua inscrição na agenda político-formativa dos trabalhadores, visto que a reconstrução desta forma particular de subjetividade é componente essencial para que a perspectiva do devir se coloque como possibilidade.

Este investimento no plano da formação pode permitir a constituição de elos entre o tempo das exterioridades (*imediato*) - que parece adquirir uma autônoma opacidade para quem nele está imerso -, e o tempo mediato, de compreensão do plano que não aparece, da busca coletiva de desvendamento do "segredo das

formas" que estruturam a realidade dos fenômenos e experimentos humanos. Estes acessos são extremamente significativos no interior desse embate de racionalidades inscritas na vida social.

Eis parte do desafio posto às classes subalternas: afirmar sua personalidade e subjetividade, construindo uma identidade com capacidade de potencializar os elementos que estão postos no real, na tentativa de proporcionar um sentido novo às condições dadas, a partir de uma perspectiva anti-capitalista, o que significa apostar numa ordem humana emancipadora, criação histórica de uma outra sociabilidade, novos campos coletivos, outros possíveis...

## Referências bibliográficas

- ❖ ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ❖ BIRMAN, J. *Psicanálise, Ciência e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ❖ \_\_\_\_\_. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.
- ❖ \_\_\_\_\_. Subjetividade, contemporaneidade e educação. *In* *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- ❖ CASSAB, M. A. *Jovens Pobres e o Futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.
- ❖ CHAUI, M. *Subjetividades Contemporâneas. Comentários*. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, n. 1, 1997.
- ❖ COSTA, J. F. *Violência e Psicanálise*. São Paulo: Edições Graal, 1986.
- ❖ GENNARI, E. *Senso Comum e Bom Senso*. São Paulo: Editora Vergueiro, 1995.
- ❖ GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.
- ❖ \_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- ❖ HARVEY, D. *Condição Pós Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

- ❖ HOBBSAWN, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.
- ❖ \_\_\_\_\_. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *In* *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: n. 43, novembro 1995b.
- ❖ MARX, K. *O Capital*. Vol. 1, livro 1, tomo 1, São Paulo: Nova Cultural, 1983
- ❖ PETRAS, J. *Armadilha Neoliberal*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
- ❖ ROZITCHNER, L. *Freud e o problema do Poder*. São Paulo: Editora Escuta, 1989.
- ❖ TELLES, V. Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. *In* *Mínimos de Cidadania*. São Paulo: Programa de Estudos de Pós Graduação de Serviço Social nº 4, PUC,1993.
- ❖ SÈVE, L. *Marxisme et Théorie de la Personnalité*. Paris:Editions Sociales,1974.
- ❖ ZIZEK, S. S. Como Marx inventou o sintoma. *In* *O Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.